



Saberes Ancestrais Afro-Brasileiros como Estratégia Interdisciplinar para a Educação Antirracista e a Formação Cidadã

Afro-Brazilian Ancestral Knowledge as an Interdisciplinary Strategy for Anti-Racist Education and Citizenship Development

Antonciebra Darwich da Silva

Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará – UFPA; Graduada em Direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Pós-Graduada em Prática Previdenciária e trabalhista pela CERS; presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/PA, subseção de Allamira.

Beatriz Ribeiro Santana

Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN; Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade Metropolitana.

Ernandes de Jesus Tavares

Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado do Pará – UEPA; Pós-Graduação em Metodologia do Ensino da Matemática pela Faculdade Maranhense – FAM; Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Maranhense – FAM.

Gustavo Andrade Barbosa da Silva

Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER; Pós-Graduação em Organização e Coordenação Pedagógica pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR.

Henrique Buchinger Alves

Graduado em Fisioterapia pela Faculdade Mario Schenberg – FMS. Pós-Graduação em Fisioterapia em Neurologia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI; Pós-Graduando em Educação em Relação Étnico-Racial: Cultura Afro-brasileira e Africana pelo Instituto Federal do Pará – IFPA.

Maria Amancia Maciel de Oliveira

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade do Tapajós; Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade Metropolitana.

Oleandra Maciel de Oliveira

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú; Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia com Ênfase em Educação Especial pela Faculdade Metropolitana; Pós-Graduação em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar na Área de Conhecimento em Educação

Resumo: O presente capítulo analisa os saberes ancestrais afro-brasileiros como estratégia interdisciplinar para a promoção da educação antirracista e da formação cidadã, evidenciando uma relevância para a implementação da Lei nº 10.639/2003 na educação técnica e profissional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter analítico-reflexivo, fundamentada em documentos normativos e obras de referência sobre educação das relações étnico-raciais, identidade negra, colonialidade, epistemologias do Sul, oralidade, ancestralidade e direitos humanos. A análise demonstra que os conhecimentos produzidos em comunidades tradicionais e terreiros constituem patrimônios epistemológicos legítimos, capazes de dialogar com diferentes componentes curriculares por meio de práticas interdisciplinares que articulam cultura, saúde tradicional, memória, oralidade e valorização da diversidade. Discute-se, ainda, o papel da educação antirracista na desconstrução do racismo estrutural, na valorização da identidade negra e na consolidação de currículos mais

inclusivos e representativos da pluralidade cultural brasileira. Destaca-se que a integração entre conhecimentos acadêmicos e saberes ancestrais fortalece práticas pedagógicas contextualizadas, amplia o diálogo intercultural e contribui para a formação de estudantes críticos, éticos e comprometidos com os direitos humanos e a justiça social. Conclui-se que a valorização das epistemologias afro-brasileiras representa um importante caminho para a construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-chave: educação antirracista; saberes ancestrais; interdisciplinaridade; ancestralidade; identidade negra.

Abstract: This chapter analyzes Afro-Brazilian ancestral knowledge as an interdisciplinary strategy for promoting anti-racist education and citizenship education, highlighting its relevance to the implementation of Brazilian Law No. 10,639/2003 in technical and vocational education. This is a qualitative bibliographic study with an analytical-reflective approach, based on official documents and key references on ethnic-racial education, Black identity, coloniality, Southern epistemologies, orality, ancestry, and human rights. The analysis shows that knowledge produced in traditional communities and Afro-Brazilian *terreiros* constitutes legitimate epistemological heritage capable of interacting with different curricular components through interdisciplinary educational practices involving culture, traditional health, collective memory, orality, and the appreciation of diversity. Furthermore, the chapter discusses the role of anti-racist education in confronting structural racism, strengthening Black identity, and promoting more inclusive curricula. It concludes that integrating academic knowledge with ancestral knowledge enriches educational practices, fosters intercultural dialogue, and contributes to the education of critical, ethical, and socially engaged citizens.

Keywords: anti-racist education; ancestral knowledge; interdisciplinarity; ancestry; black identity.

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação comprometida com a equidade racial exige o reconhecimento de que os conhecimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais afro-brasileiras constituem patrimônios epistemológicos legítimos e indispensáveis à formação humana integral. Nesse contexto, a implementação da Lei nº 10.639/2003 representa um marco na reorganização curricular da educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promovendo o enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas pelo racismo estrutural e pela invisibilização das contribuições da população negra para a formação social, cultural, científica e política do país (Brasil, 2003). Entretanto, a efetivação dessa legislação demanda muito mais do que a inserção pontual de conteúdos, exigindo práticas pedagógicas interdisciplinares capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento e valorizar os saberes ancestrais como componentes constitutivos da produção científica, cultural e educacional (Brasil, 2004).

Historicamente, o modelo educacional brasileiro foi estruturado sob bases eurocêntricas, privilegiando determinados referenciais epistemológicos em detrimento dos conhecimentos produzidos por populações negras, indígenas e tradicionais. Essa

lógica decorre da colonialidade do poder, que estabelece hierarquias entre culturas, conhecimentos e sujeitos, legitimando apenas determinadas formas de produção do saber como universais e científicas (Quijano, 2005). Como consequência, práticas relacionadas à oralidade, à ancestralidade, aos modos tradicionais de cuidado, às cosmologias afro-brasileiras e aos sistemas comunitários de transmissão do conhecimento permaneceram por muito tempo marginalizadas no ambiente escolar. A superação desse cenário pressupõe reconhecer a pluralidade epistemológica existente na sociedade brasileira, valorizando diferentes formas de construção do conhecimento e ampliando as possibilidades de aprendizagem por meio do diálogo entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais (Santos, 2019).

Nesse processo, a educação antirracista assume papel estratégico ao propor práticas pedagógicas que enfrentem o racismo não apenas como manifestação individual, mas como fenômeno estrutural presente nas instituições, nas políticas públicas e nas relações sociais. O racismo estrutural produz desigualdades que atravessam o acesso ao conhecimento, a representação da população negra nos currículos escolares e a valorização das identidades étnico-raciais, comprometendo o exercício pleno da cidadania (Almeida, 2018). Assim, promover uma educação comprometida com os direitos humanos implica desenvolver ações que fortaleçam o pertencimento étnico, valorizem as contribuições históricas da população negra e desconstruam estereótipos que ainda persistem no espaço escolar. Nessa perspectiva, o reconhecimento da identidade negra deixa de ser apenas uma dimensão cultural para tornar-se elemento fundamental da justiça social e da democratização do ensino (Gomes, 2019).

Entre os diversos patrimônios culturais afro-brasileiros, destacam-se os conhecimentos preservados nas comunidades tradicionais e nos terreiros, espaços que historicamente desempenham funções religiosas, educativas, culturais, assistenciais e comunitárias. Nesses territórios, a oralidade constitui um dos principais mecanismos de transmissão dos saberes, assegurando a continuidade das tradições, da memória coletiva, das práticas de cuidado, dos valores éticos e das relações de ancestralidade. Longe de representar apenas formas de religiosidade, os terreiros configuram importantes centros produtores de conhecimento, onde se articulam experiências relacionadas à saúde tradicional, à preservação ambiental, à alimentação, às artes, à organização comunitária e aos processos educativos fundamentados na convivência intergeracional (Santos, 2012). Ao reconhecer esses espaços como produtores de saberes, amplia-se a compreensão de educação para além dos limites formais da escola, fortalecendo práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente referenciadas (Freire, 2019).

Diante desse cenário, este capítulo tem como objetivo demonstrar como os saberes ancestrais afro-brasileiros podem constituir estratégias interdisciplinares para a promoção da educação antirracista e da formação cidadã, estabelecendo diálogos entre comunidades tradicionais, terreiros e diferentes componentes curriculares. Parte-se da compreensão de que cultura, saúde tradicional, oralidade, ancestralidade, direitos humanos e valorização da identidade negra não representam conteúdos isolados, mas dimensões integradas de uma proposta educativa

comprometida com a justiça social, a diversidade e a equidade racial. Ao aproximar diferentes campos do conhecimento, busca-se evidenciar que a interdisciplinaridade fortalece práticas pedagógicas críticas, amplia o reconhecimento das epistemologias afro-brasileiras e contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender a diversidade como fundamento da democracia e da cidadania, em consonância com os princípios estabelecidos pela legislação educacional brasileira e pelas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004; Freire, 2019).

DESENVOLVIMENTO

A promoção de uma educação comprometida com a justiça social requer a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade de conhecimentos produzidos pelos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Nesse contexto, a valorização dos saberes ancestrais afro-brasileiros representa uma estratégia fundamental para consolidar a educação antirracista prevista na Lei nº 10.639/2003, uma vez que possibilita romper com perspectivas curriculares restritas ao paradigma eurocêntrico e ampliar o reconhecimento das contribuições históricas, culturais, científicas e sociais da população negra. Ao integrar oralidade, ancestralidade, saúde tradicional, memória coletiva e práticas comunitárias aos processos educativos, a escola fortalece a formação cidadã e contribui para o desenvolvimento de uma educação interdisciplinar orientada pelos princípios dos direitos humanos, da equidade e da valorização da diversidade cultural (Brasil, 2004; Freire, 2019).

Saberes Ancestrais Afro-Brasileiros e a Legitimidade das Epistemologias Tradicionais

A compreensão dos saberes ancestrais afro-brasileiros como formas legítimas de produção do conhecimento constitui um dos principais desafios da educação contemporânea. Durante séculos, o processo de colonização estabeleceu uma hierarquia epistemológica que atribuiu superioridade aos conhecimentos produzidos segundo padrões europeus, enquanto os saberes desenvolvidos por povos africanos, afro-brasileiros e comunidades tradicionais foram frequentemente classificados como crenças, folclore ou manifestações exclusivamente religiosas. Essa lógica contribuiu para a invisibilização de importantes patrimônios intelectuais construídos por gerações, restringindo sua presença nos currículos escolares e limitando o reconhecimento de sua relevância científica, histórica e cultural. A superação desse cenário exige reconhecer que diferentes sociedades constroem distintas formas de compreender a realidade, todas influenciadas por seus contextos históricos, culturais e sociais (Quijano, 2005).

Acolonialidade do poder não se restringe às dimensões políticas e econômicas, mas alcança profundamente a produção do conhecimento. Ao estabelecer padrões universais de ciência baseados exclusivamente na racionalidade ocidental,

consolidou-se um modelo que marginalizou outras epistemologias, produzindo processos permanentes de exclusão intelectual. Nesse contexto, saberes relacionados à oralidade, à memória coletiva, à espiritualidade, à organização comunitária e às práticas tradicionais de cuidado foram sistematicamente desconsiderados como fontes legítimas de conhecimento. Essa exclusão repercute diretamente na educação, uma vez que os currículos continuam reproduzindo, em muitos casos, referências limitadas à tradição europeia, reduzindo as possibilidades de construção de uma formação efetivamente plural e democrática (Santos, 2019; Quijano, 2005).

As epistemologias afro-brasileiras, entretanto, apresentam formas próprias de produzir, preservar e compartilhar conhecimentos. A oralidade ocupa posição central nesse processo, funcionando como instrumento de transmissão de valores, princípios éticos, narrativas históricas, práticas de cuidado e ensinamentos construídos ao longo de inúmeras gerações. Diferentemente da concepção que associa conhecimento exclusivamente ao registro escrito, as comunidades tradicionais reconhecem que a palavra, a escuta, a convivência e a experiência constituem mecanismos fundamentais para a continuidade da memória coletiva. Essa perspectiva amplia a compreensão do próprio conceito de aprendizagem, demonstrando que o conhecimento também é construído nas relações sociais, na observação, na participação comunitária e no respeito aos mais velhos como guardiões da ancestralidade (Santos, 2012).

Nesse sentido, os terreiros de matriz africana configuram importantes espaços de produção, preservação e difusão de conhecimentos ancestrais. Muito além de sua dimensão religiosa, esses territórios desenvolvem práticas educativas relacionadas à saúde tradicional, à preservação ambiental, ao cultivo de plantas medicinais, à alimentação, à música, à organização comunitária, à ética do cuidado e à transmissão intergeracional de valores. A convivência entre diferentes gerações fortalece processos educativos fundamentados no respeito, na responsabilidade coletiva e na construção da identidade cultural, evidenciando que a educação ocorre em múltiplos espaços sociais e não apenas nas instituições escolares. Ao reconhecer essa realidade, amplia-se o entendimento de educação como fenômeno cultural, comunitário e permanente (Santos, 2012; Freire, 2019).

A perspectiva freireana reforça essa compreensão ao defender que o conhecimento não é transmitido de forma unilateral, mas construído no diálogo entre sujeitos que compartilham experiências, culturas e diferentes formas de interpretar o mundo. Sob essa ótica, os saberes ancestrais afro-brasileiros deixam de ocupar posição periférica para serem compreendidos como elementos capazes de enriquecer os processos educativos e ampliar as possibilidades de aprendizagem crítica. Valorizar esses conhecimentos significa reconhecer que todos os grupos sociais produzem ciência, cultura e tecnologia em seus contextos históricos, rompendo com práticas pedagógicas excludentes e fortalecendo uma educação fundamentada no respeito às diferenças, na participação coletiva e na emancipação humana (Freire, 2019).

A valorização das epistemologias tradicionais também contribui para enfrentar o racismo estrutural presente nas instituições educacionais. Quando os currículos silenciam ou minimizam as contribuições históricas da população negra, reforçam mecanismos de exclusão simbólica que comprometem o pertencimento dos estudantes negros e limitam a construção de identidades positivas. Em contrapartida, a incorporação dos saberes ancestrais ao cotidiano escolar favorece o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e promove processos educativos comprometidos com a equidade racial. Essa mudança curricular não representa apenas uma ampliação de conteúdos, mas uma transformação das próprias relações de poder que historicamente definiram quais conhecimentos seriam considerados legítimos no ambiente escolar (Almeida, 2018; Brasil, 2004).

Outro aspecto relevante refere-se à contribuição desses saberes para a formação cidadã. Os conhecimentos produzidos nas comunidades tradicionais articulam princípios como solidariedade, reciprocidade, respeito aos mais velhos, responsabilidade coletiva e cuidado com a natureza, valores que dialogam diretamente com a educação em direitos humanos. Tais princípios ultrapassam a dimensão cultural e assumem importante função ética na formação dos estudantes, estimulando práticas de convivência baseadas na cooperação, no reconhecimento da diversidade e na valorização das diferenças. Dessa forma, a ancestralidade deixa de representar apenas um vínculo com o passado para constituir elemento ativo na construção de uma sociedade democrática e socialmente mais justa (Brasil, 2004; Freire, 2019).

Por fim, reconhecer a legitimidade dos saberes ancestrais afro-brasileiros significa promover uma ruptura com perspectivas educacionais fundamentadas na homogeneização cultural e na exclusividade epistemológica. Trata-se de reconhecer que a produção do conhecimento ocorre em diferentes espaços sociais, envolvendo experiências, memórias, práticas comunitárias e processos históricos que enriquecem a compreensão da realidade. Ao incorporar essas epistemologias aos currículos escolares, a educação fortalece o diálogo intercultural, amplia as possibilidades de aprendizagem interdisciplinar e contribui para a efetivação da educação antirracista prevista na legislação brasileira. Assim, a valorização dos saberes ancestrais não constitui apenas um compromisso com a memória da população negra, mas uma estratégia pedagógica essencial para a construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a transformação social (Brasil, 2003; Munanga, 2019; Santos, 2019).

Educação Antirracista, Identidade Negra e Direitos Humanos no Currículo Escolar

A educação antirracista constitui um compromisso ético, político e pedagógico que ultrapassa a inclusão de conteúdos sobre a história da população negra no currículo escolar. Trata-se da construção de práticas educativas capazes de problematizar as desigualdades raciais, reconhecer as contribuições históricas e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros e promover relações fundamentadas

no respeito à diversidade. Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 10.639/2003 representa um importante avanço na política educacional brasileira ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, reafirmando a escola como espaço estratégico para o enfrentamento do racismo e para a promoção dos direitos humanos (Brasil, 2003; Brasil, 2004).

Embora a legislação tenha ampliado as possibilidades de inserção da temática étnico-racial nos currículos, sua implementação ainda enfrenta inúmeros desafios. Em muitas instituições, o cumprimento da Lei nº 10.639/2003 permanece restrito à realização de atividades pontuais em datas comemorativas, especialmente no mês de novembro, sem que ocorra uma integração efetiva dos conteúdos às diferentes áreas do conhecimento. Essa abordagem fragmentada reduz a complexidade das relações étnico-raciais e dificulta a construção de uma educação verdadeiramente transformadora, evidenciando que a existência da legislação, por si só, não garante mudanças nas práticas pedagógicas. A efetividade da educação antirracista depende da formação docente, da revisão curricular e do compromisso institucional com a promoção da equidade racial (Brasil, 2004; Freire, 2019).

A permanência dessas dificuldades está diretamente relacionada ao racismo estrutural, entendido como um fenômeno que organiza instituições, relações sociais e processos históricos de produção das desigualdades. Sob essa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido apenas como resultado de atitudes individuais, mas como elemento constitutivo da organização social brasileira, influenciando oportunidades educacionais, representações culturais e formas de produção do conhecimento. Consequentemente, quando os currículos silenciam as contribuições da população negra ou reproduzem narrativas estereotipadas, acabam reforçando mecanismos históricos de exclusão e naturalizando desigualdades que comprometem a democratização da educação (Almeida, 2018).

Essa realidade evidencia que o currículo escolar não é neutro, mas resulta de escolhas políticas, culturais e epistemológicas que definem quais conhecimentos serão ensinados e quais permanecerão invisibilizados. Durante muito tempo, predominou uma perspectiva curricular centrada na valorização exclusiva das matrizes europeias, reduzindo a participação da população negra à condição de mão de obra escravizada e negligenciando suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. Essa construção histórica contribuiu para fortalecer imaginários sociais marcados pela inferiorização da cultura negra e pela reprodução de preconceitos que ainda impactam o cotidiano escolar. Assim, promover uma educação antirracista implica revisar criticamente os currículos e ampliar os referenciais teóricos que fundamentam os processos de ensino e aprendizagem (Munanga, 2019; Quijano, 2005).

A valorização da identidade negra ocupa papel central nesse processo de transformação curricular. A identidade não constitui uma característica fixa ou biologicamente determinada, mas um processo social e histórico construído nas relações estabelecidas entre sujeitos, culturas e instituições. Em sociedades marcadas pelo racismo, a construção da identidade negra frequentemente ocorre em meio a experiências de discriminação, invisibilização e negação das referências

culturais afro-brasileiras. Nesse contexto, a escola assume responsabilidade fundamental ao desenvolver práticas pedagógicas que fortaleçam o pertencimento étnico, valorizem as trajetórias da população negra e promovam o reconhecimento positivo das diferenças culturais (Gomes, 2019).

Entre os diversos elementos que compõem a identidade negra, destacam-se as manifestações culturais, os saberes ancestrais, a oralidade, a estética, a religiosidade, a memória coletiva e as formas tradicionais de organização comunitária. Esses aspectos transcendem dimensões simbólicas e constituem importantes mecanismos de resistência diante das diversas formas de opressão historicamente impostas à população negra. Ao incorporar esses elementos aos processos educativos, a escola contribui para romper com estigmas e amplia as possibilidades de construção de uma autoestima positiva entre estudantes negros, favorecendo relações escolares mais inclusivas e respeitosas (Nascimento, 2016; Gomes, 2019).

A educação antirracista também se articula diretamente aos princípios dos direitos humanos, uma vez que ambos compartilham o compromisso com a dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de discriminação. Sob essa perspectiva, trabalhar as relações étnico-raciais no ambiente escolar não representa apenas o cumprimento de uma obrigação legal, mas a efetivação de princípios democráticos que asseguram o direito à diversidade cultural e ao reconhecimento das diferentes identidades presentes na sociedade brasileira. Dessa forma, o enfrentamento do racismo passa a integrar a própria concepção de cidadania, fortalecendo práticas educativas voltadas para a justiça social e para a convivência democrática (Brasil, 2004).

Além da dimensão ética, a abordagem dos direitos humanos possibilita compreender que o combate ao racismo envolve ações permanentes de prevenção, conscientização e transformação das relações sociais. A escola possui papel estratégico nesse processo ao promover espaços de diálogo, reflexão crítica e participação coletiva capazes de desconstruir preconceitos historicamente naturalizados. Inspirada na pedagogia freireana, a educação deve favorecer a leitura crítica da realidade, permitindo que os estudantes reconheçam as desigualdades existentes e desenvolvam capacidades para atuar na transformação de seu contexto social. Assim, ensinar sobre relações étnico-raciais significa formar sujeitos comprometidos com a defesa da democracia, da igualdade e do respeito às diferenças (Freire, 2019).

Nesse cenário, a interdisciplinaridade amplia significativamente as possibilidades da educação antirracista. As discussões sobre identidade negra, direitos humanos e diversidade cultural podem ser articuladas à História, Geografia, Literatura, Ciências, Artes, Matemática e Educação Profissional, promovendo experiências de aprendizagem que superem a fragmentação curricular. Essa integração permite compreender que as relações étnico-raciais atravessam todas as dimensões da vida social e, portanto, devem constituir responsabilidade coletiva de toda a comunidade escolar. Ao reconhecer essa transversalidade, o currículo torna-se mais representativo da realidade brasileira e fortalece processos educativos

comprometidos com a equidade e a valorização da pluralidade cultural (Brasil, 2004; Freire, 2019).

Por fim, consolidar uma educação antirracista exige compreender que a valorização da identidade negra e a promoção dos direitos humanos não representam conteúdos complementares, mas elementos estruturantes da formação cidadã. O currículo escolar deve assumir o compromisso de reconhecer as contribuições históricas, científicas, culturais e sociais da população negra, promovendo práticas pedagógicas que enfrentem o racismo estrutural e ampliem o acesso a diferentes formas de produção do conhecimento. Dessa maneira, a escola fortalece seu papel social como espaço de emancipação, diálogo intercultural e construção de uma sociedade mais democrática, plural e comprometida com a justiça racial, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2003; Brasil, 2004; Almeida, 2018).

Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes Ancestrais na Educação Técnica e Profissional

A interdisciplinaridade constitui um dos princípios fundamentais para a construção de uma educação técnica e profissional comprometida com a formação integral dos estudantes. Em um contexto marcado pela diversidade cultural e pelas demandas sociais contemporâneas, torna-se insuficiente a organização do conhecimento em disciplinas isoladas, desvinculadas da realidade vivenciada pelos educandos. A integração dos saberes ancestrais afro-brasileiros aos diferentes componentes curriculares amplia as possibilidades de aprendizagem ao aproximar teoria e prática, ciência e cultura, conhecimento acadêmico e experiências comunitárias. Essa perspectiva fortalece a implementação da Lei nº 10.639/2003 ao reconhecer que a educação das relações étnico-raciais deve constituir um eixo transversal do currículo, capaz de dialogar com todas as áreas do conhecimento (Brasil, 2003; Brasil, 2004).

A fragmentação curricular, característica dos modelos tradicionais de ensino, frequentemente dificulta a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais e culturais. Ao compartimentar o conhecimento, a escola reduz as oportunidades de estabelecer conexões entre diferentes áreas e limita a capacidade dos estudantes de interpretar criticamente a realidade. A interdisciplinaridade, por sua vez, rompe essa lógica ao promover a articulação entre distintos campos do saber, favorecendo aprendizagens contextualizadas e socialmente significativas. No âmbito da educação antirracista, essa abordagem permite compreender que a história, a cultura, a identidade, a saúde, a matemática, as linguagens e as ciências compartilham interfaces que podem ser exploradas de maneira integrada, fortalecendo a formação cidadã e o respeito à diversidade (Freire, 2019; Brasil, 2004).

Os saberes ancestrais afro-brasileiros oferecem inúmeras possibilidades de integração curricular por contemplarem conhecimentos relacionados à organização comunitária, ao cuidado com a natureza, às práticas alimentares, à saúde tradicional,

à música, à arte, à oralidade e às formas coletivas de transmissão do conhecimento. Esses elementos podem dialogar com diferentes componentes curriculares da educação técnica e profissional, favorecendo metodologias que valorizem a experiência, a investigação, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo. Dessa forma, os estudantes passam a compreender que o conhecimento científico não é produzido exclusivamente nos espaços acadêmicos, mas também em comunidades tradicionais que desenvolveram, ao longo da história, estratégias sofisticadas de observação, experimentação e sistematização da realidade (Santos, 2019; Santos, 2012).

Na área das Ciências da Natureza, por exemplo, os conhecimentos relacionados às plantas medicinais, à biodiversidade, aos ciclos naturais e às práticas tradicionais de cuidado possibilitam importantes diálogos entre conhecimentos científicos e saberes comunitários. Em vez de estabelecer relações de oposição entre ciência e tradição, a escola pode promover análises comparativas que permitam aos estudantes compreender diferentes formas de produção do conhecimento, reconhecendo suas especificidades metodológicas e seus contextos históricos. Essa abordagem contribui para ampliar a compreensão da ciência como construção social, favorecendo o respeito à diversidade epistemológica e fortalecendo práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade, a saúde coletiva e a valorização dos conhecimentos tradicionais (Santos, 2019; Freire, 2019).

No campo das linguagens, a oralidade assume papel central como patrimônio cultural e estratégia pedagógica. As narrativas, os provérbios, os cantos, os mitos, as histórias de vida e os relatos transmitidos entre gerações constituem importantes instrumentos para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da argumentação e da interpretação crítica. Ao incorporar essas manifestações ao cotidiano escolar, o ensino de Língua Portuguesa e Literatura amplia seu repertório cultural, fortalece o reconhecimento das tradições afro-brasileiras e promove o respeito às diferentes formas de expressão presentes na sociedade. Essa valorização da oralidade rompe com a compreensão de que apenas a cultura escrita possui legitimidade acadêmica, reconhecendo outras formas de construção e circulação do conhecimento (Santos, 2012; Freire, 2019).

A História e a Geografia também encontram amplo campo de diálogo com os saberes ancestrais. O estudo da formação da sociedade brasileira, dos processos de resistência da população negra, da constituição dos quilombos, das migrações africanas e da organização das comunidades tradicionais possibilita compreender a participação decisiva dos povos africanos e afro-brasileiros na construção do país. Paralelamente, a análise dos territórios tradicionais, das relações com o meio ambiente e das dinâmicas socioculturais permite desenvolver reflexões sobre pertencimento, identidade, territorialidade e direitos coletivos. Essa abordagem contribui para superar narrativas históricas limitadas à escravidão, evidenciando o protagonismo negro na produção de conhecimentos, culturas e formas de organização social (Munanga, 2019; Nascimento, 2016).

No contexto da Matemática, frequentemente considerada uma área distante das discussões étnico-raciais, também existem inúmeras possibilidades

de integração interdisciplinar. A etnomatemática demonstra que diferentes povos desenvolveram sistemas próprios de contagem, medição, organização espacial, construção geométrica e resolução de problemas, evidenciando que o pensamento matemático está profundamente relacionado às práticas culturais. A análise de padrões presentes em tecidos africanos, construções tradicionais, jogos, ritmos musicais, calendários e formas de organização comunitária permite contextualizar conceitos matemáticos e aproximá-los das experiências culturais dos estudantes. Essa perspectiva rompe com a ideia de neutralidade absoluta da matemática e evidencia seu caráter histórico, social e cultural, fortalecendo metodologias mais inclusivas e contextualizadas (Brasil, 2004; Quijano, 2005).

Na educação técnica e profissional, essa integração curricular assume relevância ainda maior por articular competências técnicas à formação ética e cidadã. Os cursos profissionalizantes não devem limitar-se ao desenvolvimento de habilidades operacionais destinadas ao mercado de trabalho, mas contribuir para a formação de profissionais capazes de compreender a diversidade cultural, enfrentar práticas discriminatórias e atuar de maneira socialmente responsável. A incorporação dos saberes ancestrais fortalece essa perspectiva ao estimular o respeito às diferenças, o diálogo intercultural, a responsabilidade coletiva e a valorização dos conhecimentos produzidos em diferentes contextos sociais. Assim, a educação profissional amplia sua função social ao formar trabalhadores comprometidos não apenas com a excelência técnica, mas também com os princípios da equidade e dos direitos humanos (Brasil, 2004; Freire, 2019).

As metodologias ativas representam importante estratégia para concretizar essa interdisciplinaridade. Projetos integradores, estudos de caso, pesquisas de campo em comunidades tradicionais, rodas de conversa, oficinas culturais, produção de narrativas orais e atividades de extensão aproximam os estudantes dos contextos nos quais os saberes ancestrais são produzidos e compartilhados. Essas experiências favorecem aprendizagens significativas porque estabelecem relações entre teoria, prática e realidade social, permitindo que os estudantes desenvolvam competências investigativas, pensamento crítico e sensibilidade intercultural. Inspiradas na pedagogia dialógica, essas metodologias transformam os educandos em protagonistas da aprendizagem e valorizam o conhecimento construído coletivamente (Freire, 2019).

Por fim, integrar os saberes ancestrais afro-brasileiros à educação técnica e profissional significa reconhecer que a formação para o trabalho deve caminhar simultaneamente com a formação para a cidadania. A interdisciplinaridade não consiste apenas na aproximação entre disciplinas, mas na construção de currículos capazes de dialogar com a realidade sociocultural dos estudantes e com a pluralidade epistemológica presente na sociedade brasileira. Ao valorizar os conhecimentos produzidos em comunidades tradicionais e terreiros, a escola rompe com modelos curriculares excludentes, fortalece a educação antirracista e contribui para a formação de profissionais críticos, éticos e comprometidos com a transformação social. Dessa maneira, a educação técnica torna-se espaço privilegiado para a construção de práticas educativas democráticas, inclusivas e socialmente referenciadas, em

consonância com os princípios da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2003; Brasil, 2004; Santos, 2019).

Comunidades Tradicionais, Terreiros e Saúde Tradicional como Espaços Educativos

As comunidades tradicionais e os terreiros de matriz africana constituem espaços de produção, preservação e transmissão de conhecimentos que transcendem a dimensão religiosa, configurando-se como importantes territórios educativos, culturais e de promoção da saúde. Ao longo da história brasileira, esses espaços desempenharam papel fundamental na resistência às diversas formas de opressão impostas à população negra, preservando valores, práticas comunitárias, memórias e formas próprias de compreender as relações entre ser humano, natureza e coletividade. Entretanto, a persistência de perspectivas eurocêntricas contribuiu para invisibilizar essas experiências nos currículos escolares, limitando o reconhecimento de sua relevância pedagógica e social. Reconhecer os terreiros como espaços legítimos de aprendizagem representa, portanto, uma estratégia essencial para fortalecer a educação antirracista e ampliar o diálogo entre diferentes formas de produção do conhecimento (Santos, 2012; Santos, 2019).

A função educativa dos terreiros está diretamente relacionada à ancestralidade e à transmissão intergeracional dos saberes. Nesses espaços, o aprendizado ocorre por meio da convivência cotidiana, da observação, da escuta atenta, da oralidade e da participação coletiva em práticas comunitárias que articulam conhecimentos espirituais, culturais, ambientais e sociais. Diferentemente dos modelos escolares centrados na fragmentação disciplinar, os processos educativos desenvolvidos nos terreiros valorizam a aprendizagem experiencial, o respeito aos mais velhos, a construção coletiva do conhecimento e o compromisso com a comunidade. Essa dinâmica evidencia que ensinar e aprender constituem processos contínuos, profundamente relacionados às experiências de vida e à formação ética dos indivíduos, aproximando-se da concepção dialógica de educação defendida por Freire (2019) e das epistemologias do sul propostas por Santos (2019).

A oralidade ocupa posição central nesses processos formativos, funcionando como principal instrumento de preservação da memória coletiva e de transmissão dos conhecimentos ancestrais. Histórias, cantigas, provérbios, ensinamentos, mitos e narrativas constituem mecanismos pelos quais valores culturais, práticas de cuidado e princípios éticos são compartilhados entre gerações. Longe de representar uma limitação metodológica, a oralidade expressa uma sofisticada forma de sistematização do conhecimento, baseada na escuta, na repetição, na vivência e na responsabilidade coletiva pela preservação da tradição. Ao reconhecer essa dimensão, a escola amplia sua compreensão acerca dos processos de ensino e aprendizagem, valorizando formas de conhecimento historicamente marginalizadas pela hegemonia da cultura escrita (Santos, 2012; Quijano, 2005).

Outro aspecto de grande relevância refere-se aos conhecimentos relacionados à saúde tradicional. As comunidades tradicionais e os terreiros preservam práticas de cuidado fundamentadas na utilização de plantas medicinais, na alimentação, nos banhos de ervas, nos cuidados corporais, na espiritualidade e nas relações comunitárias de acolhimento. Esses conhecimentos foram construídos ao longo de séculos por meio da observação da natureza, da experimentação e da transmissão intergeracional, constituindo importante patrimônio cultural e científico. Embora possuam fundamentos distintos dos modelos biomédicos contemporâneos, essas práticas revelam compreensões complexas sobre prevenção, promoção da saúde e equilíbrio entre corpo, mente, comunidade e meio ambiente, evidenciando a pluralidade dos sistemas de cuidado existentes na sociedade brasileira (Santos, 2012).

Entretanto, reconhecer a relevância da saúde tradicional não significa estabelecer oposição entre os conhecimentos ancestrais e a ciência moderna, nem substituir práticas baseadas em evidências científicas por saberes tradicionais. Ao contrário, uma perspectiva crítica e interdisciplinar compreende que diferentes sistemas de conhecimento podem dialogar de forma complementar, respeitando seus contextos, limites e especificidades. Esse diálogo amplia a compreensão dos processos de saúde e doença ao incorporar aspectos culturais, sociais, ambientais e espirituais frequentemente negligenciados pelos modelos exclusivamente biomédicos. Assim, a valorização dos saberes tradicionais contribui para uma formação mais humanizada dos estudantes e favorece práticas de cuidado culturalmente sensíveis, fundamentadas no respeito à diversidade e aos direitos humanos (Freire, 2019; Santos, 2019).

Sob essa perspectiva, os terreiros podem ser compreendidos como territórios de promoção da saúde coletiva. Além das práticas tradicionais de cuidado, esses espaços desenvolvem ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos comunitários, à solidariedade, ao acolhimento, à preservação ambiental, à segurança alimentar e ao apoio social, fatores amplamente reconhecidos como determinantes da saúde. A organização comunitária presente nesses territórios demonstra que o cuidado ultrapassa a dimensão individual, envolvendo relações de pertencimento, responsabilidade compartilhada e proteção da vida em suas múltiplas expressões. Essa compreensão aproxima os saberes ancestrais das concepções contemporâneas de promoção da saúde, evidenciando importantes possibilidades de diálogo interdisciplinar entre educação, cultura e saúde (Freire, 2019; Santos, 2012).

A valorização desses espaços também contribui para o enfrentamento do racismo religioso, uma das manifestações do racismo estrutural que historicamente atingem as religiões de matriz africana. Durante décadas, os terreiros foram alvo de perseguições, estigmatizações e processos sistemáticos de invisibilização, fenômenos que repercutem até hoje na exclusão de seus conhecimentos dos currículos escolares. Ao reconhecer os terreiros como espaços legítimos de produção cultural, educativa e comunitária, a escola contribui para desconstruir estereótipos e promover o respeito à liberdade religiosa, à diversidade cultural e

aos direitos humanos. Essa mudança curricular fortalece práticas pedagógicas comprometidas com a democracia e com a construção de relações sociais mais igualitárias (Nascimento, 2016; Almeida, 2018).

No contexto da educação técnica e profissional, as experiências desenvolvidas em comunidades tradicionais oferecem inúmeras possibilidades de integração curricular. Projetos voltados à identificação de plantas medicinais, à preservação ambiental, à segurança alimentar, à educação em saúde, à memória oral, ao patrimônio cultural e às tecnologias sociais permitem que estudantes articulem conhecimentos científicos e saberes comunitários em atividades de pesquisa, extensão e intervenção social. Essas experiências favorecem aprendizagens contextualizadas, fortalecem o compromisso ético dos futuros profissionais e demonstram que a formação técnica deve estar associada à valorização da diversidade cultural e à responsabilidade social (Brasil, 2004; Freire, 2019).

Outro aspecto relevante refere-se à contribuição desses espaços para a construção da identidade negra e do sentimento de pertencimento. Ao reconhecer os conhecimentos produzidos nas comunidades tradicionais como parte do patrimônio cultural brasileiro, a escola amplia as referências positivas relacionadas à história e à cultura afro-brasileira, fortalecendo processos de valorização da ancestralidade e de reconhecimento das contribuições da população negra para a formação nacional. Essa valorização favorece o desenvolvimento da autoestima, combate processos de invisibilização e contribui para que estudantes negros se reconheçam como sujeitos históricos e produtores de conhecimento, rompendo com narrativas que os restringem a posições de subalternidade (Gomes, 2019; Munanga, 2019).

Dessa forma, compreender comunidades tradicionais e terreiros como espaços educativos significa ampliar a própria concepção de educação, reconhecendo que o conhecimento é produzido em múltiplos territórios, por diferentes sujeitos e mediante variadas formas de transmissão. A incorporação desses saberes aos processos educativos fortalece a interdisciplinaridade, promove a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e contribui para uma formação cidadã comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a valorização da diversidade cultural. Ao estabelecer um diálogo respeitoso entre conhecimentos acadêmicos e saberes ancestrais, a escola reafirma seu papel como espaço de transformação social, formando sujeitos capazes de reconhecer a pluralidade epistemológica da sociedade brasileira e de atuar na construção de uma educação verdadeiramente democrática e antirracista (Brasil, 2003; Brasil, 2004; Santos, 2019).

METODOLOGIA

Este capítulo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de abordagem analítico-reflexiva e interdisciplinar, fundamentada em referenciais teóricos voltados à educação para as relações étnico-raciais, aos saberes ancestrais afro-brasileiros, à educação antirracista, aos direitos humanos e às epistemologias decoloniais. A opção pela

pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir, sistematizar e analisar criticamente conhecimentos científicos e documentos normativos capazes de subsidiar discussões acerca da integração dos saberes produzidos em comunidades tradicionais e terreiros aos processos educativos, especialmente no contexto da educação técnica e profissional.

A investigação fundamentou-se em dez obras consideradas referenciais para a compreensão da temática, contemplando legislações educacionais, documentos oficiais e produções acadêmicas de reconhecida relevância nacional e internacional. O corpus de análise foi composto pela Lei nº 10.639/2003, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e por obras de Almeida (2018), Freire (2019), Gomes (2019), Munanga (2019), Nascimento (2016), Quijano (2005), Santos (2012) e Santos (2019), selecionadas em razão de sua contribuição para os debates sobre racismo estrutural, identidade negra, ancestralidade, colonialidade do conhecimento, epistemologias do sul, oralidade e formação cidadã.

Para a identificação das produções científicas e dos documentos utilizados como suporte teórico, realizou-se consulta nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação e pelo Portal da Legislação da Presidência da República. A utilização de múltiplas fontes teve como finalidade ampliar a confiabilidade da fundamentação teórica e garantir acesso aos documentos normativos indispensáveis à discussão da educação para as relações étnico-raciais.

A estratégia de busca foi construída a partir da combinação de descritores relacionados ao objeto de estudo, utilizando-se os operadores booleanos AND e OR para ampliar e refinar os resultados. Entre os principais descritores empregados destacam-se: “educação antirracista”, “saberes ancestrais”, “cultura afro-brasileira”, “educação para as relações étnico-raciais”, “interdisciplinaridade”, “oralidade”, “ancestralidade”, “identidade negra”, “direitos humanos”, “saúde tradicional”, “terreiros”, “comunidades tradicionais”, “Lei 10.639/2003” e “educação profissional”. Como exemplos de estratégias de busca, utilizaram-se combinações como: “educação antirracista” AND “interdisciplinaridade”, “saberes ancestrais” AND “educação profissional”, “terreiros” AND “saúde tradicional”, “identidade negra” AND “direitos humanos” e “cultura afro-brasileira” OR “educação das relações étnico-raciais”.

Os critérios de inclusão compreenderam documentos oficiais, livros, capítulos de livros e produções científicas que abordassem diretamente a educação para as relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira, os saberes ancestrais, a oralidade, a colonialidade, a identidade negra, a educação antirracista, os direitos humanos, a interdisciplinaridade e a valorização dos conhecimentos produzidos em comunidades tradicionais e terreiros. Também foram incluídas obras consideradas clássicas e amplamente reconhecidas na área, em razão de sua relevância teórica para a consolidação dos conceitos discutidos no capítulo.

Como critérios de exclusão, foram desconsideradas publicações que apresentavam abordagem desvinculada da temática central, estudos repetidos

entre as bases consultadas, materiais sem consistência científica, textos de caráter exclusivamente opinativo, documentos sem autoria identificada, produções que não estabeleciam relação com a educação das relações étnico-raciais ou que não contribuíam para os objetivos propostos neste capítulo.

Após a seleção do material bibliográfico, realizaram-se leituras exploratórias, seletivas e analíticas das obras, buscando identificar conceitos, categorias teóricas, aproximações e divergências entre os autores. Posteriormente, procedeu-se à organização temática das informações, estruturando a discussão em quatro eixos analíticos: (I) legitimidade das epistemologias tradicionais; (II) educação antirracista, identidade negra e direitos humanos; (III) interdisciplinaridade e integração dos saberes ancestrais na educação técnica e profissional; e (IV) comunidades tradicionais, terreiros e saúde tradicional como espaços educativos.

A interpretação do material fundamentou-se na análise de conteúdo de natureza temática, permitindo a identificação de categorias de sentido recorrentes e das relações estabelecidas entre os diferentes referenciais teóricos. Esse procedimento possibilitou desenvolver uma reflexão crítica acerca das potencialidades dos saberes ancestrais afro-brasileiros como estratégia interdisciplinar para a efetivação da educação antirracista, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e pelos referenciais contemporâneos que discutem justiça social, decolonialidade, pluralidade epistemológica e formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização dos saberes ancestrais afro-brasileiros representa uma estratégia pedagógica indispensável para a consolidação de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e a formação cidadã. Ao longo deste capítulo, evidenciou-se que os conhecimentos produzidos em comunidades tradicionais e terreiros constituem patrimônios culturais e epistemológicos legítimos, capazes de estabelecer diálogos profícuos com diferentes componentes curriculares e de ampliar as possibilidades da prática educativa. Essa compreensão contribui para superar concepções restritas de conhecimento, reconhecendo que a produção científica e cultural também se manifesta por meio da oralidade, da ancestralidade, das experiências comunitárias e das diversas formas de organização social construídas pela população negra ao longo da história.

As reflexões desenvolvidas demonstraram que a efetivação da educação antirracista exige muito mais do que o cumprimento formal da Lei nº 10.639/2003. Requer a reorganização dos currículos, a formação continuada dos profissionais da educação e a adoção de práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade epistemológica presente na sociedade brasileira. Nesse contexto, a interdisciplinaridade configura-se como importante instrumento para integrar conhecimentos históricos, culturais, científicos e sociais, possibilitando que as relações étnico-raciais sejam trabalhadas de maneira transversal e permanente em

todos os níveis e modalidades de ensino, especialmente na educação técnica e profissional.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao potencial educativo das comunidades tradicionais e dos terreiros como espaços de produção e transmissão de conhecimentos relacionados à saúde tradicional, à preservação ambiental, à ética do cuidado, à memória coletiva, à identidade negra e aos direitos humanos. O reconhecimento desses territórios como ambientes de aprendizagem fortalece o diálogo entre escola e comunidade, amplia as oportunidades de construção de conhecimentos contextualizados e contribui para a formação de estudantes mais conscientes da diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira. Além disso, favorece o combate ao racismo estrutural e ao racismo religioso, promovendo o respeito às diferenças e o reconhecimento das contribuições históricas da população negra para o desenvolvimento do país.

Por fim, conclui-se que a integração dos saberes ancestrais afro-brasileiros às práticas didático-pedagógicas constitui um caminho promissor para o fortalecimento da educação antirracista e para a formação de cidadãos críticos, éticos e socialmente comprometidos. Ao reconhecer a diversidade de conhecimentos produzidos por diferentes grupos sociais, a escola amplia seu papel como espaço de emancipação, diálogo intercultural e transformação social. Espera-se que as discussões apresentadas neste capítulo contribuam para incentivar novas práticas educativas, pesquisas e projetos interdisciplinares que fortaleçam a implementação da educação para as relações étnico-raciais, promovendo uma formação humana que valorize a ancestralidade, a diversidade cultural e a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é Racismo Estrutural?** 1ª ed. Belo Horizonte: editora Letramento, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 74ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Sem Perder a Raiz: Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra.** 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nàgô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.